



CÂMARA MUNICIPAL DE DESTERRO DO MELO

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO**  
**DA CÂMARA MUNICIPAL DE**  
**DESTERRO DO MELO**

**DEZEMBRO DE 2023**



# CÂMARA MUNICIPAL DE DESTERRO DO MELO

## RELATÓRIO MENSAL DO CONTROLE INTERNO

### RELATÓRIO MENSAL Nº 12/2023

O presente Relatório foi elaborado com base na execução orçamentária referente ao mês de DEZEMBRO DE 2023, para atender a legislação em vigor.

1) Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Analisando a documentação contábil do mês em questão, podemos constatar que as metas previstas para o Poder Legislativo, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias estão sendo cumpridas, a saber:

- Conforme disposto no artigo 3º e artigo 5º, da Lei nº 867 de 28 de junho de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023), a Câmara Municipal apresentou sua proposta orçamentária, com os projetos e atividades para o Exercício de 2023, e o Executivo efetuou o repasse do mês, no duodécimo determinado pelo Legislativo em seu Orçamento.
- De acordo com a Lei nº 878, de 25 de novembro de 2021 (Plano Plurianual), foram realizadas ações para garantir atendimento de qualidade ao cidadão, sempre com transparência e lisura, e para manutenção dos serviços do Legislativo Municipal.

Conclusão: foram cumpridas as metas constantes das leis citadas acima.

2) Avaliação dos resultados quanto à eficiência e à eficácia da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial:

#### a) GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Câmara Municipal, ao aprovar o seu orçamento, em valor igual ao crédito orçamentário que lhe foi deferido na Lei Orçamentária Anual, classificou as suas despesas de acordo com o seu Orçamento.

O Resumo Orçamentário que instrui este relatório apresenta-nos, entre outros, os seguintes elementos:



## CÂMARA MUNICIPAL DE DESTERRO DO MELO

- 1) Os números das fichas em que se fizeram os registros das despesas empenhadas no mês;
- 2) As unidades administrativas responsáveis pelas despesas empenhadas e processadas;
- 3) A classificação funcional programática estabelecida na lei orçamentária;
- 4) A classificação econômica;
- 5) Os totais dos valores empenhados em cada dotação;
- 6) Os saldos orçamentários apurados no final do mês, para instrução dos balanços;

Os empenhos das despesas obedeceram às normas do art. 50, II da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sendo registradas segundo o Regime de Competência, de conformidade com as normas do art. 60 da Lei 4.320/64. Não houve despesa empenhada fora do mês. Este fato pode ser constatado no Controle de Despesas Empenhadas, onde todos os empenhos feitos no mês estão relacionados por ordem numérica e cronológica.

### **B) GESTÃO FINANCEIRA**

Os registros das operações financeiras e patrimoniais foram procedidos na forma dos artigos 86 a 98 da Lei 4.320/64, e também de conformidade com o inciso II do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000, ou seja, pelo Regime de Caixa e foram acompanhados e processados em conformidade com o SICOM, para atender às exigências do Tribunal de Contas de Minas Gerais.

O registro das operações financeiras obedece ao seguinte critério:

- A transferência mensal da Prefeitura para a Câmara, devida no valor de R\$ 118.349,72 (cento e dezoito mil e trezentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos), referente ao duodécimo do valor apurado no Balancete de Receita do Poder Executivo Municipal, é registrada como “Receita Orçamentária”, sob o Código 11.3.05.00.00 (Transferências financeiras recebidas pela Câmara Municipal), em contrapartida com a conta Sicoob, sendo registrada, na Prefeitura.

- OBS: Necessário consignar que o valor de R\$ 130.601,03 (centro e trinta mil seiscentos e um reais e três centavos) refere-se a transferência mensal da prefeitura no valor de R\$ 118.349,72 (cento e dezoito mil e trezentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos), acrescido da importância



## CÂMARA MUNICIPAL DE DESTERRO DO MELO

de R\$ 7.629,84 (sete mil seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos) referente a rendas aplicadas e R\$4.621,47 (quatro mil seiscentos e vinte e um reais e quarenta e sete centavos) referente a transferência da Caixa Econômica Federal (CEF), já descontadas as devidas taxas de manutenção de conta.

- As despesas foram empenhadas, processadas e pagas e registradas em contrapartida com a conta SICOOB.
- Os descontos para Previdência ou Imposto de Renda foram registrados como Receitas Extra orçamentárias, a crédito dos órgãos respectivos:
  - Os descontos para a Previdência, em favor do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social foram repassados através de DARF Competência 11/2023.
  - Os descontos de Imposto de Renda foram retidos e são repassados à Prefeitura mensalmente.
- Os recolhimentos dos valores retidos foram registrados como Despesas Extra orçamentárias, para compensar com as receitas extra orçamentárias.
- A gestão financeira apresentou resultado positivo: as despesas ficaram em valor menor do que a soma do saldo anterior com a receita, conforme nos aponta o Relatório Mensal de Gastos.
- Há um rigoroso controle de gastos, entre o Ordenador de Despesa, servidores e responsáveis pelo Controle Interno, de modo a se preservar o Erário.
- O Cronograma mensal de despesas, do Controle Interno, projetou para este mês um resultado positivo **R\$ 398.022,67** (trezentos e noventa e oito mil e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos). Através do Relatório Mensal de Gastos, do Controle Interno, verificou-se o resultado final positivo de **R\$ 202.316,58** (duzentos e dois mil trezentos e dezesseis reais e cinquenta e oito centavos) acima da expectativa.

### c) GESTÃO PATRIMONIAL

Em atendimento ao disposto nos arts. 94 a 96 da Lei 4.320/64, os bens adquiridos são registrados sinteticamente como Equipamentos e Material Permanente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE DESTERRO DO MELO

São mantidos sob rigoroso controle os bens patrimoniais, através de fichas em papel e arquivo (computador). Cada bem patrimonial possui sua respectiva placa de identificação, contendo o timbre da Câmara Municipal e o número do bem patrimonial, em local visível e de fácil acesso.

**Conclusão:** verificamos eficientes e eficazes os resultados referentes à Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, tendo em vista que o Legislativo efetuou planejamento de sua atividade financeira. O controle interno recomenda acompanhamento dos repasses do duodécimo do Legislativo, para garantir sua regularidade.

### **1) Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em “Restos a pagar” e dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal:**

#### *a) Restos a Pagar:*

No mês em questão ocorreram despesas empenhadas e não quitadas.

#### *b) Despesa com Pessoal:*

A despesa com pessoal, incluindo-se remuneração de Vereadores, vencimentos e direitos de Servidores não ultrapassou os limites permitidos por lei, conforme demonstrado a seguir:

Valor do Duodécimo mensal:	R\$ 118.349,72
Limite de gastos com pessoal (70% - § 1º Art. 29-A C.F.):	R\$ 82.844,80
Gastos com pessoal no mês em questão:	R\$ 102.325,29

OBS: Necessário consignar que o valor de R\$ 102.325,29 (cento e dois mil trezentos e vinte e cinco reais e vinte e nove centavos) refere-se, ao pagamento dos salários, com seus respectivos encargos, bem como 1/3 de férias dos vereadores, acrescido do 13º salário dos vereadores e servidores públicos (efetivos e comissionados). Dessa forma analisando-se o demonstrativo de receita estimada anual, verifica-se que a Câmara Municipal recebeu a quantia de 1.415.400,00 (um milhão quatrocentos e quinze mil e quatrocentos reais) e os gastos com pessoal, através do demonstrativo de despesa com pessoal anual, foi de R\$ 924.468,02 (novecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e dois centavos), ou seja, dentro do limite de gastos previstos no art. 29-A, §1º da CF.



## CÂMARA MUNICIPAL DE DESTERRO DO MELO

**Conclusão:** No mês em questão ocorreram despesas empenhadas e não quitadas; porém há saldo suficiente para seu pagamento. Está sendo respeitado o limite de “Despesa com Pessoal” ao longo do Exercício, ocorrendo apenas algumas alterações nos meses em que se realiza pagamento de vantagens não permanentes como férias, horas extras e décimo terceiro salário.

### **2) Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com alienação de ativos:**

Não foram obtidos recursos com alienação de ativos, pois no mês em questão não ocorreu nenhuma alienação; portanto não existiram recursos a serem utilizados.

**Conclusão:** como não houve alienação no mês, não há informações para serem prestadas.

### **3) Detalhamento da composição de despesas a título de obrigações patronais, distinguindo os valores repassados ao INSS – Instituto Nacional do Seguro Social e aqueles repassados a Instituto próprio de Previdência, se houver:**

No município de Desterro do Melo não há instituto próprio de Previdência; e todas as obrigações patronais referentes à Previdência são recolhidas ao INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

Foram realizados descontos, de acordo com a tabela do INSS, nos vencimentos dos Servidores e na remuneração dos Vereadores, conforme legislação em vigor, e os descontos foram repassados ao INSS. A parte patronal, à razão de 21% conforme apuração da alíquota FAP, foi devidamente recolhida pela Câmara.

Pode se constatar, pelo INSS e documentos arquivados no Legislativo, que a Câmara se encontra rigorosamente em dia com suas obrigações patronais para com a Previdência.

Todas as informações previdenciárias foram enviadas pelo ESOCIAL (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas) e transmitidas por meio do ECAC (Centro virtual de atendimento), conforme recibo de entrega de débitos e créditos tributários federais previdenciários - DCTFWeb.



## CÂMARA MUNICIPAL DE DESTERRO DO MELO

**CONCLUSÃO:** não há que se distinguir valores repassados a institutos, visto que a Câmara só recolhe ao INSS – Instituto Nacional do Seguro Social; os recolhimentos, repasses e informações à Previdência referentes ao mês em questão foram efetuados.

**4) Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida para com o instituto próprio de Previdência, se houver; com a indicação do valor do débito, dos créditos utilizados para correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas:**

Como foi citado no item anterior, não há instituto próprio de Previdência no município, portanto, não há dívida; junto ao INSS, a Câmara mantém regularmente os repasses e recolhimentos, como já foi citado também no item anterior.

**Conclusão:** não há procedimentos adotados quanto à dívida para com a Previdência, visto que não existe dívida.

**5) Avaliação das providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário, especificando, quando for o caso, as sindicâncias, inquéritos e processos administrativos ou tomadas de contas especiais instauradas no período e os respectivos resultados, indicando números, causas, datas de instauração e de comunicação ao Tribunal de Contas.**

Não houve, no período em questão, nenhum fato que gerasse o apontamento de danos ao erário, por parte do Poder Legislativo, não havendo, portanto, nenhuma ação tomada por parte do gestor neste sentido. Caso o Executivo não continue regularizando o repasse do duodécimo mensal do Legislativo, o controle interno irá comunicar o fato à Presidência da Câmara, para que este tome providências junto ao Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público.

### **6) Informações Complementares:**

A Câmara envia à Prefeitura os relatórios exigidos pela Lei Complementar 101/2000, de acordo com as exigências e normas instituídas pelo Egrégio Tribunal de Contas de Minas Gerais, notadamente:

- Demonstrativo Orçamentário e Financeiro da Despesa, mensalmente;
- Demonstrativo de Movimentação de Numerário, mensalmente;



## CÂMARA MUNICIPAL DE DESTERRO DO MELO

- Balancete de Receita, mensalmente;
- Balancete de Despesa; mensalmente;
- Relatório de Gestão Fiscal, semestralmente;
- Abertura de Créditos Adicionais Suplementares, quando que ocorrerem.

Tem assim, a Prefeitura Municipal de Desterro do Melo, os dados necessários à compatibilização e consolidação das despesas para atender às exigências da lei.

Encontram-se devidamente arquivados (em papel e/ou computador), para segurança do Ordenador de Despesas e futuras eventualidades, todos os relatórios necessários e exigidos pela legislação em vigor, os quais ficam também à disposição de qualquer cidadão, para consulta.

**Conclusão:** O Controle Interno conclui que, no mês em questão, foram observadas, pelo Legislativo, as normas legais vigentes, e que todos os procedimentos constantes deste Relatório estão corretos.

Câmara Municipal de Desterro do Melo/MG, 23 de janeiro de 2024.

**RAGNER BRANDÃO DE MAGALHÃES  
CONTROLADOR INTERNO  
PORTARIA Nº 029/2023**